

NEGAÇÃO E DIACRONIA: A ESTABILIDADE GRAMATICAL DIANTE DA VARIAÇÃO SUPERFICIAL

Cristiane Namiuti-Temponi (UNICAMP/UESB/FAPESP)

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma reflexão^{*}, no quadro teórico da gramática gerativa, sobre a *negação sentencial* e sua relação com a sintaxe dos clíticos na diacronia do português. O presente texto baseia-se em pesquisas e discussões desenvolvidas no âmbito do meu doutoramento (Namiuti, 2008)¹.

Sobre a relação da negação sentencial e os pronomes clíticos, Cândido de Figueiredo já dizia, no início do século 20:

“Presumo que ninguém contestará que o advérbio de negação ‘não’ atrai sempre o pronome pessoal objectivo e terminativo da respectiva proposição, e talvez pareça ocioso que se documente com larguesa este facto.” (Cândido de Figueiredo, 1994:158, 1ª. Edição em 1909)

Esta visão de Figueiredo se reflete nos trabalhos que investigam as mudanças dos padrões de colocação de clíticos na história do português. Ferquentemente as pesquisas linguísticas não consideraram as sentenças negativas um ambiente interessante para se estudar a mudança gramatical que envolve a colocação pronominal átona.

Nas descrições encontradas na literatura, a palavra ‘*não*’, assim como os operadores adverbiais e subordinativos, sempre desencadeou a próclise verbal obrigatória. E assim como os advérbios que sempre provocaram a próclise verbal, a negação foi deixada em segundo plano nos estudos da colocação pronominal que envolvem mudança gramatical.

Porém, demonstro, em Namiuti (2006, 2008), que se olharmos com atenção para as sentenças negativas poderemos notar algumas valiosas pistas sobre a história gramatical da língua nos textos portugueses.

A apresentação do problema remonta os contextos em que o fenômeno da interpolação era possível no português arcaico – os contextos de próclise categórica. A negação, apesar de sempre ter condicionado a próclise verbal jamais foi capaz de desencadear a interpolação de outros constituintes. Ou seja, a ordem “*neg-clítico-X-verbo*” nunca foi atestada. A posição dos clíticos em orações principais negativas sem a presença de um outro operador é sempre pré-verbal e necessariamente adjacente ao verbo desde o *português antigo*. Como comenta Martins (1994:190):

“...o advérbio de negação não, embora desencadeie próclise, não se encontra entre os elementos capazes de criar um contexto de potencial interpolação.”

Neste sentido ‘*não*’ é diferente dos demais advérbios proclisadores, pois estes podiam condicionar a interpolação de outros constituintes entre o clítico e o verbo. A ordem “*advérbio-cl-X-V*” era possível no português antigo (séculos 13, 14 e 15), enquanto que “**NEG-cl-X-V*” nunca foi atestada.

(1) “E *ja me* assi nom enganareis” (cf. Martins, 1994:184).

(2) **E nom me* assi enganareis”

* Agradeço às professoras e amigas: Sônia Cyrino (UNICAMP) pela orientação do trabalho de qualificação na área de sintaxe, sob o tema da negação, este trabalho deu novas luzes à minha pesquisa sobre a interpolação (tema do doutorado). Ana Maria Martins (Universidade de Lisboa), Maria Aparecida Torres Moraes (USP) e Maria Clara Paixão de Sousa (USP), pelo acompanhamento do trabalho, sua leitura e discussão. E Charlotte M. C. Galves (UNICAMP) a quem devo minha formação como pesquisadora.

¹ A Tese de doutoramento defendida em 25 de fevereiro de 2008, na Universidade Estadual de Campinas, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), contribui, sobretudo no capítulo terceiro, com os estudos sobre a negação sentencial em português e sua relação com a sintaxe da colocação pronominal átona nas três etapas gramaticais que pontuaram na história do português na Europa: O Português Antigo, O Português Médio e o Português Europeu Contemporâneo (cf. Galves 2004).

Um segundo fator que contribui para acentuar esta diferença entre ‘neg’ e os advérbios está no fato de que o ‘*não*’, além de não contextualizar a interpolação de outros constituintes, ele próprio é o elemento que mais foi interpolado entre o clítico e o verbo.

(3) "que **me** nom n~e-bram (NO, 1268)" (cf. Martins, 1994:162).

Nos textos mais antigos a interpolação da negação chega a quase 100% nas orações encaixadas, fato que revela sua estreita relação com o verbo. Nenhum outro elemento, mesmo outros advérbios ou o sujeito foi tão categoricamente interpolado no PA. (cf. Martins, 1994)

Além disto, a negação continua a ser interpolada para muito além do século 17, quando o fenômeno da interpolação de elementos diferentes da negação já não era produtivo nos textos. Abrangendo novos contextos - casos de “clnegV” em orações não dependentes X-V, como no exemplo (7) da próxima seção, aparecem nos textos do final do século 15.

Propomos que a possibilidade de interpolação de ‘*não*’ quando mais nenhum outro elemento ocorre interpolado revela o caráter peculiar da negação. E argumentamos em favor da hipótese de que a interpolação da negação está relacionada com o estatuto de núcleo funcional do ‘*não*’ e de sua propriedade de clítico ao verbo.

Como veremos a seguir (**seção 1.**), outros fatos corroboram esta hipótese: 1) Em todos os períodos na história do português, nenhum outro elemento, a não ser um clítico, pode se colocar entre a negação e o verbo, diferentemente do que acontece com os demais advérbios. 2) ‘*Não*’ não influencia a colocação dos pronomes fracos ‘*hy*’ e ‘*en(de)*’. Apesar de estes pronomes terem colocação pré-verbal nas orações raízes introduzidas por advérbios proclisadores, nunca ocorreram entre a negação e o verbo (cf. Muidine, 2000). 3) No português antigo os indefinidos negativos só recebiam interpretação negativa na presença do ‘*não*’ (cf. Martins, 2002)

A estável inseparabilidade do ‘*não*’ e do ‘verbo’ na história do português é no mínimo curiosa, e nos faz acreditar na estabilidade diacrônica do estatuto gramatical da negação.

Partimos da idéia de Miotto (1992) para o **português brasileiro** de que o operador de negação ‘*não*’ é um elemento nuclear (X^o)² clítico ao verbo. Estendemos esta idéia para outras variantes do português (na sincronia e na diacronia), e concluímos, como Miotto (1992), que deva ser desta propriedade de clítico que resulta o processo de incorporação do ‘*não*’ ao verbo, explicando o fato de nenhum elemento, a não ser um clítico X^o, poder intervir entre a negação e o verbo em toda a história do português. (Cf. **seções 2 e 3** deste artigo).

Assim, propomos que a variação histórica encontrada nos domínios negativos explica-se pela diferença entre o comportamento dos distintos clíticos verbais, contrapondo a natureza nuclear do marcador de negação ‘*não*’ face à natureza nuclear dos clíticos pronominais. Enquanto ‘*não*’ seria um ‘clítico’ fixo, os clíticos pronominais seriam ‘núcleos’ que se movem.

Segundo nossa hipótese, as variações encontradas no eixo temporal quanto à sintaxe da negação estão relacionadas com mudanças em outros domínios como: (i) A mudança no domínio de hospedagem dos clíticos pronominais associada mais tarde com (ii) a mudança do estatuto da posição pré-verbal, em especial do sujeito pré-verbal. (Cf. Namiuti, 2008)

Estas duas mudanças seriam responsáveis pela variação, nos textos históricos, da ordem dos pronomes clíticos nas sentenças negativas.

1. A VARIAÇÃO DIACRÔNICA

A variação encontrada nos domínios negativos, nos textos históricos, vem, na verdade, comprovar seu caráter de elemento intrinsecamente ligado à ‘morfologia’ do verbo, em português, desde os períodos mais remotos de que temos notícias. Veremos nas subseções a seguir o comportamento sintático das orações negativas com: 1) pronomes clíticos; 2) pronomes fracos – ‘*hy*’ e ‘*ende*’; e 3) outras palavras negativas.

1.1 Orações negativas com clíticos pronominais

2 A teoria da gramática gerativa, adotando a representação X’, divide os constituintes sintáticos entre elementos nucleares (X^o) e/ou sintagmáticos (XP).

A ordem ‘**negação pronome-clítico verbo**’ (doravante **negclV**) é obrigatória no português brasileiro (PB) e preferencial no português europeu padrão (PE):

- (4) “O Pedro confirmou que **não me** entregou o dinheiro”

Esta ordenação superficial sempre foi permitida no português. No entanto, como já mencionamos, a ordem mais comum no português antigo (doravante PA), ou seja, aquela que mais se atestou no período anterior ao século 16, foi a interpolação do marcador de negação sentencial entre o pronome clítico e o verbo - ‘**Complementizador/ou outro subordinador-cl(X)negV**’ (doravante ‘C-cl(X)negV’) - com ‘cl’ contíguo à ‘C’.

- (5) “e certo que se lhe **ElRei não** mandára sucessor” (Couto-1548).³

Já no período “mediador” entre o português antigo e o português atual (século 15 ao século 18⁴) atestam-se as seguintes ordenações - ‘**C-X-clnegV**’ – com o pronome clítico à esquerda de ‘neg’ podendo não estar contíguo à ‘C’, como no exemplo (3) abaixo. E ainda, nesta fase encontra-se a interpolação da negação entre o pronome oblíquo e o verbo em orações raízes neutras – ‘**X-clnegV**’ - contexto vedado à interpolação (mesmo da negação) em outras épocas, como no exemplo (4) abaixo.

- (6) “que até o Prior dos Agostinhos , seu Confessor , **o** não pôde sofrer” (Couto-1548)

- (7) “E , pelo ElRei Dom João o III querer casar, e êle não querer, **lhe** não deram satisfação de seus serviços ...” (Couto-1548)

Depreendemos dos fatos relativos à colocação de clíticos que durante toda a história da língua portuguesa a negação sentencial esteve linearmente adjacente ao verbo sendo *o clítico* o único elemento capaz de intervir entre estes dois elementos.

Veremos a seguir que nem mesmo os pronomes fracos do PA (como *hy* e *ende*) puderam interferir na ordem ‘*negação-verbo*’.

1.2 Orações negativas com os pronomes ‘hy’ e ‘en(de)’.

Como atesta Muidine (2000), diferentemente do que acontece com os clíticos, a negação não influencia a colocação dos pronomes “hy” e “en(de)”, estes nunca podem ocorrer entre a negação e o verbo, ou seguem o complexo ‘neg-V’ ou o precedem. Tais pronomes têm colocação pós-verbal nas orações não dependentes “neutras” negativas – ‘neg-V-**hy|ende**’. Nos contextos de próclise obrigatória (orações subordinadas ou matrizes introduzidas por operador proclisador), o ‘não’ se encontra sempre adjacente ao verbo, o pronome fraco ou precede o complexo ‘neg-V’ – ‘**hy|ende-neg-V**’ – ou o segue – ‘neg-V-**hy|en(de)**’. Vejamos alguns exemplos do paradigma da colocação de ‘hy’ e ‘ende’ nos domínios negativos, repetidos de Muidine (2000):

- (8) “... n~e fizerõ **ende** n~uqa áá Séé do portu treuudo nh~enhúúm” (NO, 1285, p.43)” (Muidine 2000:26)

- (9) “...e por dizimas que **hy** nõ pagei compridamente como deura. ...” (NO 1317, p.179)” (Muidine 2000:58)

- (10) “Que n~eh~uu cavalejro n~e outro hom~e nõ aia maladia en coutos dos Moesteiros n~e das Ejgreias. se **hi** nõ ouuerem Quintáá ou herdade dauo~ega (NO, séc. XII-XIV, p. 156)” (Muidine, 2000:58)

- (11) “E dem e pagem de fforo E penssom da dicta vinha E da dicta cassa E do dicto oliuall sseçentos E quarenta Reaes brancos E quatro galinhas Em cada h~uu ano ssaluo deste primeiro ano que nõm pagarom mais de duz~etos Reaes E h~uu par de galinhas porquanto **hji** nõ há noujdade no dicto oliuall ffazendo lhe pagam~eto de todo (Lx, 1466, p.517)” (Muidine, 2000:59)

- (12) “(...) en represas (...) e deziã por sy e por o Conu~ento a esse Juiz que nõ desse **hj** sentença que contra eles fosse n~e sobre o sseu herdamento ca n~uca esta demãda fforõ n~e seu procurador e cousa que hj fosse feyta ou procurada que lhis nõ enpeçesse ca ó contradizia moy b~e (NO, 1310, p.170)” (Muidine, 2000:58)

Portanto a negação não influencia a posição dos pronomes deficientes ‘hy’ e ‘ende’.

O fato de estes pronomes fracos jamais intervirem entre a negação e o verbo (*‘...neg-**hy|ende-V**’) corrobora

3 Apesar de Diogo do Couto ser um autor da época clássica produz algumas interpolações do tipo arcaico (C-cl-X-negV), porém são marginais em relação a estrutura sem a interpolação de elementos diferentes de ‘não’ (C-X-cl-negV).

4 De acordo com Galves (2004), Galves, Namiuti e Paixão de Sousa (2006) este período que vai desde o século 15 até início do século 18 corresponde a uma fase gramatical intermediária designada, pelas autoras, de *português médio*. Entretanto, a tradição filológica chama de *português médio* um curto período entre o *português antigo* e o *clássico*, que não ultrapassa a segunda metade do século 15 (Cardeira, 2005, e Castro, 2006)

fortemente a hipótese de ‘não’ ser uma espécie de clítico verbal.

Concluimos, pois, que as ordens encontradas só podem ser derivadas devido ao caráter nuclear de ‘não’ e dos pronomes acusativos e dativos em face ao caráter sintagmático de ‘hy’ e ‘en(de)’.

Segundo Martins (2002:05), é conhecida e bem sustentada a generalização de que, nas línguas românicas, somente elementos de natureza clítica (X^o) podem ocorrer entre o marcador de negação predicativa (pré-verbal) e o verbo.

Além da colocação de pronomes, outros fatos completam nossa argumentação e corroboram a hipótese apresentada, delineada em Namiuti (2006). Veremos a seguir o comportamento de outras palavras negativas na diacronia do português.

1.3 O marcador de negação sentencial e as outras palavras negativas (n-words)

Tomaremos como base para a apresentação da variação histórica das palavras negativas o trabalho de Martins (2000).

A autora atesta que nos romances antigos os indefinidos negativos co-ocorriam com o marcador negativo aberto.

- (13) “ que **nenh-uu nõ** scapou (Crônica Geral de Espanha de 1344.)” (cf. Cintra, ed. 1954:107, apud Martins, 2000: 216, apêndice).

Também era freqüente o uso de indefinidos negativos em contextos não negativos (conforme menciona Martins, 2000:195). Estes contextos eram não-assertivos (não afirmativos) ou modais (exs: questões, imperativos, condicionais, comparativos, o escopo do verbo modal, o escopo de expressões de proibição, construções genéricas e orações subjuntivas introduzidas por conectivos temporais como ‘antes que’).

- (14) “E por decreto publico foi defeso que **ninguém** navegasse”. (Cf. Ali 1931:199, apud Martins 2000:196) [significando ‘e por um decreto público foi proibido que alguém navegasse’]

Em estágio mais tardio (de acordo com Martins século 15) o marcador negativo passou a ser opcional no português:

- (15) “**Nenh-uu nom** mostrava que era famiinto” (Fernão Lopes, Crônica de D. João I. Freire, org 1997:270, apud Martins 2000:194)
 (16) “**Nenh-uu** poderá seer emlegido a semelhante honra” (Fernão Lopes, Crônica de D. João I. Freire, org 1997:373, apud Martins 2000:194)

Já os Romances Modernos. Martins (2000:196) afirma que nas línguas românicas modernas não existe uma que tenha o paradigma da obrigatoriedade da co-ocorrência do indefinido negativo pré-verbal com o marcador de negação sentencial e ainda a possibilidade de usar indefinidos negativos em contextos não negativos. Com certeza não é assim que se derivam as sentenças em português hoje. Tanto no PE, quanto no PB, indefinidos negativos pré-verbais não são permitidos co-ocorrerem com o marcador negativo.

- (17) “**Ninguém** (*nã) sabe o que se passa” (Martins 2000:201)

Também não se permite indefinidos negativos em contextos não negativos nas variantes atuais do português.

- (18) “*Telefonou **ninguém**?” (Martins 2000:201)

Um outro fato que contribui para o entendimento das diferenças no comportamento dos indefinidos negativos e da negação dos romances antigos vs os modernos é que nos primeiros os indefinidos positivos podiam ocorrer em contextos negativos, Já nos segundos, perderam esta propriedade dos indefinidos positivos. (ver Martins 2000, página 211)

Português Antigo

- (19) “**nom** era **algu-u** ousado de lhe tall cousa dizer (Fernão Lopes, Crônica de D. João I. Freire org.1977:6) (Martins 2000: 219 – apêndice).

Português Moderno

(20) A Maria **não** comprou **nenhum** livro (Martins 2000: 211)

(21) *A Maria **não** comprou **algum** livro (Martins 2000: 211)

Martins (2000) considera que a variação encontrada no uso dos indefinidos negativos pode ser explicada pela motivação, em termos sintáticos, elaborada pela tipologia da distinção forte/fraca dos itens polares, já bem estabelecida na literatura semântica.

A autora pretende mostrar que nos Romances as palavras negativas evoluíram de itens com polaridade fraca para itens com polaridade forte. Isto é o que nos termos tradicionais, de acordo com Keniston (1937:608, apud Martins 2000:192), chamam de mudança de palavra “contextualmente negativa” (que adquire um ‘sentido negativo’ de uma palavra negativa em um contexto relevante) para intrinsecamente negativa. E argumenta ser necessário adotar uma teoria de traços que integra a noção de *subespecificado* para dar conta dos fenômenos de polaridade na sintaxe⁵.

Tomamos a dupla negação em sentenças como nos exemplos (13) e (15), ou melhor, o fato de haver necessidade da presença do marcador de negação com o indefinido negativo pré-verbal nos romances antigos, mencionado e ilustrado por Martins, como indício da natureza operacional e de núcleo funcional do marcador de negação sentencial.

Outros argumentos corroboram essa hipótese. Mito (1992), por exemplo, aponta para o fato de que a simples presença de uma palavra negativa não é suficiente para determinar que temos uma sentença negativa no português brasileiro.

(22) *João negou que a Maria viu **nada**.

O fato de (22) ser agramatical comprova que a negação sentencial no PB não se constrói lexicalmente, mas funcionalmente.

Além disso, a dependência linear do marcador de negação sentencial e do verbo desde os primeiros documentos escritos em português, como vimos nas subseções anteriores, nos leva a dizer que a negação em português possui um caráter ‘flexional’ ligado à morfologia do verbo.

2 SOBRE O CARÁTER CLÍTICO DE NEG

Mito (1992) afirma que, do ponto de vista fonológico na seqüência ‘*não-verbo*’, o ‘*não*’ é átono e tem grau de tonicidade de uma sílaba pré-tônica. Então deste ponto de vista ‘*não*’ poderia ser considerado um clítico. Além disso, a interação de ‘*não*’ com os clíticos pronominais reforça a idéia de que ele é um clítico. Como aponta Mito (1992:101), “o clítico pronominal pode subir agregando-se a um verbo superior do qual ele não representa um papel temático, mas é impedido de fazê-lo se o ‘*não*’ estiver presente.”

(23) ?Maria **te pode ajudar**.

(24) *Maria **te pode não ajudar**.

O autor atribui a impossibilidade da subida do clítico causada pela negação ao fato de o ‘*não*’ e o clítico pronominal compartilharem traços de clítico, pois não bastaria compartilharem traços de núcleo para que ‘Neg’ bloqueasse a subida do clítico pronominal. Atribuindo ao ‘*não*’ qualidades de clítico, é possível

⁵ Martins (2000:202) traz a idéia de Rooryck (1994) sobre a natureza do sistema de traços, segundo a qual os traços devem estar associados a um valor de três possíveis: especificado (+), invariável e subespecificado (0), variável e subespecificado (α). O valor 0 marca a ausência de qualquer propriedade relacionada com o traço em questão. Isto significa dizer que um elemento com [traço-neg 0] é simplesmente incapaz de fazer qualquer operação relacionada com uma expressão de sentido negativo (é opaco, emprestando o termo da fonologia). Já o valor α é sensível ao contexto, dado um ambiente adequado ele se harmoniza (podemos dizer que é transparente).

A autora argumenta que tanto os indefinidos negativos quanto os positivos reduziram o seu aparato de variação subespecificada, nas línguas românicas, ficando mais restritivos quanto aos contextos de licenciamento. A mudança nos indefinidos negativos, segundo Martins, consiste na alteração da valoração dos traços: palavras com um traço-neg α especificado no português antigo passaram para traço-neg + especificado no português atual.

capturar sua capacidade de barrar a subida de elementos da mesma natureza.⁶

Do ponto de vista sintático o caráter de clítico pode ser sustentado a partir de sua incorporação ao verbo.

A análise traz a restrição que opera sobre o processo de incorporação de núcleos que considera que um núcleo só pode mover-se para uma posição nuclear lexicalmente preenchida quando pelo menos um dos núcleos envolvidos é afixo ou clítico (cf. Mioto, 1992).

Na análise de Mioto (1992), o sintagma de negação (*NEG-Phrase*) é gerado acima das categorias flexionais (IP, *Sintagma flexional*, do inglês - *Inflectional Phrase*)⁷.

“O movimento do complexo [V+I] para Neg° decorre das qualidades de clítico e posiciona o complexo à direita de ‘não’, a posição canônica dos elementos que dão suporte ao clítico no PB.” (Mioto 1992:109).

Todavia, Mioto (1992) também julga necessário manter uma entrada lexical não-clítica para NEG° para explicar certas construções como um IP vazio na sentença coordenada e os casos em que “não” vale como uma resposta negativa (inteira/completa).

(25) “O João agrediu o Pedro mas Paulo **não**. (Mioto 1992: 103)”

(26) “O João agrediu o Pedro? R: **Não**. (Mioto 1992: 103)”

No caso da resposta “Não” para a pergunta acima este ‘não’ instancia uma negação sentencial por dois motivos apontados por Mioto:

i. A resposta poderia ser: “*Não agrediu*”.

ii. Para responder afirmativamente no PB (também no PE) poderia ser: “*agrediu*”.

Desta forma, considero fortes as evidências de que a negação sentencial em português se constrói funcionalmente por um núcleo localizado acima de IP, capaz de incorporar os núcleos verbais inferiores e licenciar o apagamento do IP.

3. *Duplicidade vs Unicidade do operador de negação sentencial em português*

A duplicidade da natureza de “não” para Mioto (1992) está no fato da negação poder se comportar tanto como um clítico, mediante a incorporação em NEG° dos núcleos verbais, quanto como um elemento que não é clítico, mediante a elipse do conjunto por ele dominado. No entanto, a palavra duplicidade contradiz o que queremos propor aqui. Veremos que tanto o comportamento de clítico quanto o de não-clítico, descritos por Mioto, podem ser derivados de uma só morfologia da negação.

Considerando outras categorias funcionais, o comportamento de ‘não’ é semelhante ao comportamento de um determinante (D°). Ambos apresentam derivações aparentemente ambíguas: ora demonstrando uma dependência absoluta ao sintagma que encabeçam, ora podendo ser o único material que se resta de um

⁶ Martins (em comunicação pessoal) lembra que nas estruturas de marcação excepcional de caso (ECM – Exceptional Case Marking) não há o bloqueio da subida do clítico pela negação.

“O Pedro disse-me que o médico **o** mandou *não* beber vinho”.

A meu ver isto não invalida a generalização de Mioto (1992) por um motivo: o clítico acusativo ‘**o**’ não é um argumento interno de ‘*beber*’, mas o sujeito de ‘*beber*’. “*O Pedro disse que o médico mandou **o João** não beber vinho*”. O caso acusativo para este sujeito não é atribuído pelo verbo ‘*beber*’ mas pelo verbo ‘*mandou*’. Portanto ‘**o**’ não faz parte da morfologia de ‘*não-beber*’ mas de ‘*mandou*’.

⁷ A teoria da gramática gerativa, adotando a representação X', além das projeções lexicais propõe que o ‘dicionário mental’ contém também projeções funcionais. Os núcleos funcionais têm função eminentemente gramatical. A flexão verbal constitui uma categoria funcional que a teoria convencionou chamar de IP (sigla vinda do inglês para ‘sintagma flexional’ - inflectional phrase). INFL° ou I° é o núcleo do sintagma da flexão verbal, IP. As análises dentro da perspectiva atual da teoria optaram por dividir o nóculo da flexão verbal – IP – em tempo e concordância – respectivamente TP (tense phrase) e AgrP (agreement phrase). A relação de dominância entre estas categorias foi bastante discutida (ex: Chomsky 1989, Pollock 1989, Laka 1990, Ouhalla 1990, Iatridou 1990, Belletti 1990, Zanutti 1991, entre muitos outros trabalhos). Não são raras as análises que propõem duas projeções de Agr°: uma para o sujeito (AgrSP), outra para o objeto (AgrOP). Além da flexão verbal, outra projeção funcional essencial na teoria é a projeção que traduz a subordinação – CP (complementizer phrase).

apagamento, como no exemplo (27) de elipse do IP – ‘*agrediu*’ – e do exemplo (28) a seguir, com o NP (Noun Phrase – Sintagma Nominal) – ‘*posição*’ – elidido:

(27) “O João agrediu o Pedro mas Paulo **não**. (Miotto 1992: 103)”

(28) “O sujeito pré-verbal do português médio ocupava uma posição equivalente à dos demais constituintes fronteados.”

É importante notar que a presença do ‘*não*’ em (27) e do artigo em (28) é essencial para licenciar as elipses. Mas parece crucial a presença do acento tonal nestes casos. Nos casos de elipse de VP ou NP, a negação e o determinante, apesar de serem núcleos funcionais na sintaxe, passam a ser a cabeça lexical do sintagma fonológico.

Então, a ‘negação’, assim como o ‘determinante’, recebe o acento ‘lexical’ do sintagma fonológico que tem sua cabeça lexical elidida, pois neste caso, a fonologia entende que este núcleo funcional é a cabeça do sintagma fonológico, dado que o núcleo lexical não é mais foneticamente realizado dentro do sintagma fonológico há uma reinterpretação na atribuição do acento pela fonologia.⁸

Um fato que corrobora a hipótese da obrigatoriedade do acento nas construções de elipse no PB por exemplo é que nestes casos a forma foneticamente reduzida ‘*num*’ (para ‘*não*’) é agramatical:

(29) “*O João agrediu o Pedro mas Paulo **num**.”

Sendo assim, tanto a negação quanto o determinante não podem ser prosodicamente deficiente nos casos de elipse, pois eles carregam o acento do sintagma fonológico.

Temos indícios deste funcionamento sintático/prosódico em textos históricos. Cyrino (1997) observa uma regularidade na acentuação proposta por João de Barros⁹. Ao analisar o sintagma nominal, a autora chama a atenção para o fato de João de Barros acentuar os artigos (determinantes) nos sintagmas onde há elipse nominal. Nos casos em que o artigo é seguido do sintagma nominal completo o determinante não é acentuado:

(30) “Filho – Sam **os** cadernos da gramática da língua portuguesa...(DVV)”

(31) “Esses sam **ôs** que peço (DVV)” (NP elidido: cadernos)

Concluimos, então que tanto o ‘*não*’ quanto os determinantes podem ter um comportamento aparentemente “ambíguo”, pois ora se comportam como cabeça lexical, ora como categoria funcional.

Entretanto, a questão da ambigüidade da negação, vista na literatura lingüística, só faz sentido porque tomamos como parâmetro para clítico o processo de cliticização pronominal¹⁰. Porém, apesar da negação, como o determinante, apresentar um comportamento semelhante ao dos pronomes clíticos (ser morfológicamente dependente de certas palavras), apresenta uma função de natureza diferente daquela reservada aos pronomes (argumentos do verbo). O marcador de negação é responsável por uma operação de modificação: ‘*não*’, ao instanciar a negação sentencial, inverte o valor de verdade do verbo. Já o determinante é responsável pela definitude dos sintagmas nominais.

De acordo com hipóteses como a de Lobeck (1995, 1997), entre outros, as construções de elipse são licenciadas por uma categoria funcional. Portanto, a capacidade da negação licenciar um IP nulo e receber o acento do material elidido nos leva a reforçar a idéia de que esta é uma categoria funcional.

Vimos também que ‘*não*’ é sintaticamente dependente do verbo, e recorremos a proposta de Miotto sobre a

⁸ No entanto é importante ressaltar que a negação ao contrário do determinante é uma palavra funcional que corresponde a uma palavra prosódica no sentido de portar um acento independente. A respeito dos determinantes, preposições e pronomes clíticos Vigário (1999:257) diz que “none of these Fncs (functional words) can be an element of a Phonological Phrase (ϕ) by a change in the unmarked stress pattern of ϕ , a possibility that is available at least for some stressed items such as the marker of sentence negation ‘*não*’”. De acordo com Vigário (1999:282-287) também os complementadores podem portar um acento (de ênfase por exemplo) e assim formar uma palavra prosódica independente.

⁹ “Diálogo da Viciosa Vergonha” (DVV), “Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem” (DLNL) e “Gramática da Língua Portuguesa” (GLP).

¹⁰ O problema está na concepção do que é um clítico e quais os processos fonológicos que envolvem os clíticos. Uma definição bastante assumida para os clíticos é a de Spencer (1991), para ele os clíticos são elementos com certas propriedades de palavras plenas mas sem acento próprio, dependentes de acentos de outras palavras, comportando-se deste modo como afixos. No entanto ele ressalva que os processos fonológicos que envolvem os clíticos não são os mesmos que os afixos: Enquanto os afixos se aglutinam a palavras específicas os clíticos se apoiam a qualquer palavra de acento forte, apesar de haver também clíticos que se comportam mais como afixos se fixando a palavras específicas.

natureza clítica da negação sentencial. Todavia, sendo a negação parte da morfologia verbal, poderíamos interpretá-la como um afixo. Na seção 4, a seguir, refetiremos um pouco sobre esta questão.

4. CLÍTICO OU AFIXO

Para explicar a indissociabilidade do 'não' e do 'verbo' nas gramáticas do português recorreremos à proposta de Miotto (1992), para o PB, de que a incorporação do 'não' ao verbo é obrigatória. No entanto, existem restrições à incorporação quando os núcleos adjacentes são núcleos lexicais plenos:

(32) “A Maria tem sempre visitado os amigos”. (Miotto 1992:102).

(33) “*Eu não sempre visito a Maria”

O processo de incorporação de núcleos é possível se um dos elementos for um clítico, e, é obrigatório se um dos elementos for um afixo. (Baker, 1988).

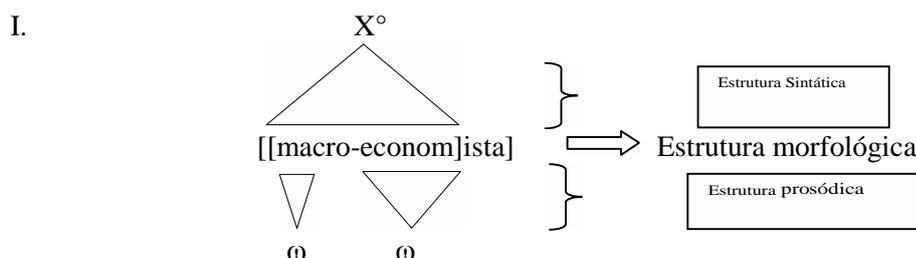
Miotto (1992) considera difícil construir uma idéia que encare o ‘não’ como afixo, recorrendo desta maneira à idéia de que este item é um clítico e é desta propriedade que vem a capacidade da negação sofrer um processo de incorporação com o verbo.

No entanto, a idéia de termos a negação como um afixo, mais exatamente prefixo no PB, foi explorada recentemente por Santos (2005) em uma outra linha teórica.

Santos (2005) argumenta, dentro do quadro teórico funcionalista, a idéia do ‘não’ como prefixo no português brasileiro. Seus principais argumentos giram em torno da possibilidade de termos a palavra ‘não’ antecedendo imediatamente e negando um substantivo, ou um adjetivo ou um particípio. Estes não são casos de negação sentencial.

Miotto (1992) assume, em uma nota, que a negação que antecede um elemento [+N] não pode ocupar Neg^o apesar de conservar o seu valor semântico, tão pouco pode ser clítica. No entanto acredito que caberia aqui a idéia da negação de categorias [+N] ser paralela ou ter se originado dos mesmos mecanismos da negação sentencial.

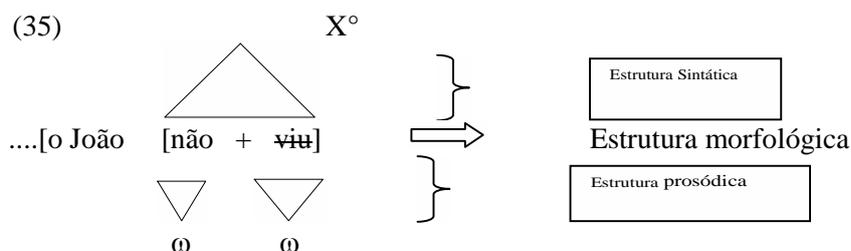
O principal fator para rejeitar a idéia do prefixo negativo consiste em o operador de negação ‘*não*’ licenciar uma categoria vazia, como nos casos de elipse. Entretanto, Vigário (2003) mostra que prefixos acentuados podem licenciar a elipse do seu NP em estruturas de coordenação, por exemplo: “*sílabas pré-tônicas e pós-tônicas*” vs “*sílabas pré e pós-tônicas*” – a autora argumenta que o apagamento é possível porque prefixos como ‘pré’ e ‘pós’, ‘macro’ e ‘micro’, entre outros, têm o contorno entoacional de uma palavra prosódica. De acordo com Vigário (2003) palavras como ‘macro-economista’ tem as seguintes representações sintática, morfológica e prosódica:



Em conclusão, apenas prosodicamente podemos identificar constituintes independentes, fato que leva Vigário a dizer que a explicação para derivar elipses como “*macro e micro-economista*” é de cunho prosódico, uma vez que somente uma análise prosódica nos permitirá manipular essas unidades independentemente.

Podíamos transferir esta idéia para a negação, uma vez que ‘*não*’. Considerando o fato da negação ter um acento próprio em português, ‘*não*’ é prosodicamente independente do núcleo lexical de seu sintagma fonológico – o verbo. Portanto, o apagamento do núcleo lexical é possível quando recuperável no contexto. Neste ponto podemos fazer a analogia com a proposta de Vigário (2005) para ‘macro-economista’

(34) O Paulo viu a Maria ontem, mas o João não (viii)



O mesmo raciocínio poderia ser aplicado à resposta negativa mínima.

(36) O João viu a Maria? Não.

Para nós, basta a idéia da necessidade da incorporação para explicar o fato de nenhum elemento, a não ser um clítico X° , poder intervir entre a negação e o verbo em toda a história do português. Dar o nome de clítico, afixo ou partícula negativa vai depender da concepção do que seja cada um destes elementos.

CONCLUSÃO

Nossa argumentação girou em torno de provar a estabilidade do marcador de negação em toda a história do português *versus* a instabilidade dos pronomes clíticos, isto é, contrariamente ao que acontece com os clíticos pronominais, não houve mudança relacionada à palavra ‘*não*’ na diacronia do português.

De acordo com nossa hipótese, as variações encontradas no eixo temporal quanto à sintaxe da negação estão relacionadas com mudanças em outros domínios.

Adotamos a proposta de Miotto (1992) para o português brasileiro de que o operador de negação ‘*não*’ é o núcleo de uma categoria acima de IP e que sofre um processo de incorporação ao verbo.

Porém, ao contrário do que propõe Miotto, propusemos em Namiuti (2006) que ‘*não*’ não é o núcleo de NegP (*Sintagma de Negação*, do inglês - *Negative Phrase*), mas de uma categoria funcional que porta conteúdos que não são necessariamente sintáticos, mas informacionais, comportando-se como um lugar de interface entre sintaxe e informação. Esta categoria foi designada de ΣP por Laka (1990) e reinterpretada por Martins (1994). ΣP instancia a polaridade sentencial de afirmação e negação (Af/Neg); em seu núcleo estão presentes traços associados com o verbo e com o complementador. A relevância de Σ está no fato de, com esta categoria, podermos capturar o comportamento semelhante exibido pelas operações de afirmação, negação e interrogação, em relação a como expressam o seu conteúdo informacional (ver Vallduví, 1992).¹¹

A reflexão sobre os domínios oracionais negativos aborda, portanto, questões que vão além da sintaxe, introduzindo desta maneira um diálogo de interfaces.

REFERÊNCIAS

- CYRINO, Sônia M. L. A acentuação gráfica em João de Barros e elementos nulos no SN. *Estudos Lingüísticos e literários*, n°19, págs 189-196, 1997.
- DAHL, O. Typology of Sentence Negation. *Linguistics*, 17, p. 79-106, 1979.
- LAKA, I. *Negation in Syntax: On the Nature of Functional Categories and Projections*. Ph. D. Dissertation. Cambridge, Massachusetts: MIT, 1990.
- LOBECK, A. *Ellipsis. Funcional Heads, Licensing and Identification*, Oxford, Oxford University Press. 1995.
- MARTINS, Ana Maria. *Clíticos na história do português*. Tese de Doutorado, Universidade de Lisboa. 1994.
- MARTINS, Ana Maria. Polarity Items in Romance: Underspecification and Lexical Change. Pintzuk, Susan, George Tsoulas e Anthony Warnes (orgs), *Diachronic Syntax: Models and Mechanisms*. Oxford University Press, 2000.
- MIOTTO, Carlos. *Negação Sentencial no Português Brasileiro e Teoria da Gramática*. Doutorado em Lingüística – UNICAMP. 1992.
- MUIDINE, Soraia Aboo *Os pronomes i e en(de) no português dos séculos XIII ao XVI*. Dissertação de Mestrado, Lisboa, 2000.
- NAMIUTI, Cristiane. *Interpolação, colocação de clíticos e mudança gramatical na história do português europeu*. Tese

11 Para maiores detalhes remeto à Namiuti (2006) e Namiuti (2008) em:
<http://www.ime.usp.br/~tycho/participants/namiuti/index.html>

de doutorado. UNICAMP. 2008.

NAMIUTI, Cristiane. *A negação sentencial no português: uma visão diacrônica*. Qualificação em Sintaxe. UNICAMP. 2006.

SANTOS, Lucas. O desempenho do não como prefixo no português brasileiro contemporâneo. *Do Português Arcaico ao Português Brasileiro*. Sônia Bastos Borba Costa & Américo Venâncio Lopes Machado Filho (orgs.). Edulfa, 2005.

VALLDUVÍ, E. *The informational component*. *Garland Publishing*. Nova York | Londres. (Resumindo a seção 7.3 – sobre a negação), 1992.

VIGÁRIO, Marina. On the Prosodic Status of Stressless Function Words in European Portuguese. T. Alan Hall e Ursula Kleinhenz (eds), *Current Issues in Linguistic Theory: Studies on the Phonological Word*. John Benjamins Publishing Company. Amsterdam/Philadelphia, p 255-295, 1999.

VIGÁRIO, Marina. Quando meia palavra basta: Apagamento de palavras fonológicas em estruturas coordenadas. Castri, I. e Duarte I. (eds.), *Razões e Emoções*. Miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mira Mateus. Vol. II. Lisboa: Colibri, p 415-435, 2003.